

A NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA: reflexões sobre a história de vida dos camponeses e camponesas na Luta pela Terra – MST/Goiás

THE NEW SOCIAL CARTOGRAPHY AS AN INSTRUMENT OF RESISTANCE: reflections on the life history of peasants in land struggle – MST/Goiás

Rejane Cleide Medeiros de Almeida

Doutora em Sociologia,
Professora da Universidade Federal do Tocantins
rejmedeiros@uft.edu.br

Murilo Mendonça Oliveira de Souza

Doutor em Geografia,
Professor da Universidade Estadual de Goiás
murilosouza@hotmail.com

Resumo

O presente texto tem por objetivo apresentar uma auto-cartografia e histórias de vida das famílias do Acampamento Dom Tomás Balduino, na luta pela terra. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, com instrumentos de coleta de dados baseados no desenvolvimento de oficinas de auto-cartografia e entrevistas com os trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra. A Nova Cartografia Social é um produto de representações sociais, políticos e culturais, assim como, materiais pedagógicos e investigativos produzidos por sujeitos com informações e representações iconográficas de uma dada realidade. Como resultado a atividade indicou que homens e mulheres do acampamento vivem um processo de migração à procura de terras para produzir, e que suas trajetórias de vida são demarcadas pela expulsão das terras e de exploração em relação ao trabalho que realizam/ou realizaram e são histórias de perambulação. Mas, que também, apontam para o protagonismo de homens e mulheres que marcam uma trajetória de mudanças em suas vidas.

Palavras-chaves: Acampamento Dom Tomás Balduino. Nova Cartografia Social. História de vida. Agroecologia.

Abstract

The present paper intends to discuss, using social maps, the landless people life's history, the land struggle and the agroecology way of production. Methodologically, we have undertaken free group dialogues with landless workers. The dialogues themes were about: land struggle and agroecology. It has culminated with social mapping activities on the territory occupation process, as well as the realization of a life history workshop. The results of the activity has indicated that men and women of the camp live a migration process because of the need to produce. And their life history is demarcated by the land and territory expropriation, as well as by the exploitation of their labor force.

These are wandering histories. At the same time the histories point to good memories related to the life in country.

Keywords: Dom Tomás Landless Camp. Land Struggle. New Social Cartography. Agroecology.

Introdução

Uma base estrutural situada na tríade latifúndio, monocultura e trabalho escravo, direcionou majoritariamente o processo de formação do território brasileiro, o que tornou a luta pela terra uma constante na história pós-colonial brasileira. Os conflitos sociais no campo não são exclusividade do século XX, mas marcas constantes do desenvolvimento e do processo de ocupação do país (OLIVEIRA, 2001). Esse processo histórico promoveu a desterritorialização violenta de povos indígenas, quilombolas e camponeses. No âmbito desse processo, no entanto, também foi uma constante a construção da resistência a partir dos territórios.

A violência sofrida, a luta pela terra e a resistência dos povos do campo, porém, não compuseram, via de regra, a história oficial brasileira. A história escrita e contada partiu das versões dos “vencedores”, a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas e político-ideológicas. Utilizando as palavras de Maria Aparecida de Moraes Silva (SILVA, 2004, p. 10), ressaltamos que a história aqui contada não “[...] será a história oficial dos grandes homens, das grandes batalhas, dos grandes acontecimentos, nem mesmo a história dos grandes líderes dos movimentos sociais. Muito ao contrário. Será a história subterrânea, invisível, desconhecida, desprezada pelos donos do poder”.

A garantia da autonomia na construção e representação da história do povo brasileiro é essencial para a transformação social no campo. A autonomia dos sujeitos (homens e mulheres) da luta pela terra no “contar e escrever” sua história deve ser considerada elementos central. Nesse sentido, o presente texto tem como objetivo geral compreender o processo de luta pela terra e resistência das famílias do Acampamento Dom Tomás Balduino, no município de Corumbá de Goiás, a partir da Nova Cartografia Social, buscando avaliar ao mesmo tempo as contribuições dialéticas desta metodologia no próprio processo de luta pela terra. Daí a importância no entendimento detalhado dos elementos que estruturam a metodologia.

A Nova Cartografia Social é entendida enquanto produto de representações sociais, políticas e culturais de um determinado território. São, sobretudo, materiais pedagógicos e investigativos produzidos por sujeitos com informações e representações iconográficas de uma realidade. O Projeto Nova Cartografia Social (PNCSA) é uma experiência que ocorre desde o ano de 2005, tendo sido desenhada a partir de experiências na região amazônica.

E tem como objetivo dar ensejo à auto-cartografia dos povos e comunidades tradicionais na Amazônia. Como material produzido, tem-se não apenas um maior conhecimento sobre o processo de ocupação dessa região, mas sobretudo uma maior ênfase e um novo instrumento para o fortalecimento dos movimentos sociais que nela existem. [...]. A força desse processo de territorialização diferenciada constitui o objeto deste projeto. A cartografia se mostra como elemento de combate. A sua produção é um dos momentos possíveis para a auto-afirmação social. (NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2018).

Não se restringe a uma representação espacial da comunidade em forma de imagem. Constitui-se em uma descrição discursiva dos símbolos, das relações sociais, da ocupação do território, dos conflitos e das lutas e suas perspectivas. Trata-se de um documento descritivo da comunidade por meio de discursos, imagens fotográficas, mapa de auto-representação e histórias de vida. (PINTO; WANDERLEY, 2012).

A auto-cartografia é um instrumento metodológico de representação da realidade na construção de mapas mentais com perspectivas históricas, que possibilita representar iconograficamente a trajetória de luta dos acampados e suas histórias de vida e relação com a luta pela terra. Portanto, se constitui como o primeiro momento do processo metodológico na Nova Cartografia Social. Define-se como sendo uma metodologia participativa de investigação do trabalho de campo. E como ferramenta se concebe a cartografia social, como técnica dialógica que possibilita a investigação e ação em torno de um espaço social, de forma qualitativa e interdisciplinar, permitindo perguntas e perspectivas críticas para tratar os conflitos agrários, seus reflexos e proposições de mudanças.

Esta perspectiva de auto-cartografia permite, sobretudo, incorporar expressões individuais e coletivas gráficas dos participantes, seus territórios, com registros de suas lutas e trajetórias de vida, na luta pela terra. A pesquisa é de cunho qualitativo, os instrumentos utilizados na coleta de dados foram, entrevistas, oficinas de auto cartografia com representação da realidade, o que possibilitou a construção individual e

coletiva, assim como, o regaste, dos processos migratórios e, de história de vida dos participantes. O desafio do exercício da auto- cartografia consiste em organizar as práticas e saberes sociais, políticos e culturais, presentes no território que apontam para a sistematização de resistências dos acampados. Nesse caso, em estudo, o material produzido a partir da auto-representação dos envolvidos, pode ser utilizado com o objetivo de demarcar a história no território em disputa, contra o avanço do capital sobre a cultura e produção da vida no campo.

Para apresentar a exposição das reflexões do texto, far-se-á em três sessões. Sendo a primeira sobre as memórias dos camponeses/as por meio das histórias de vida. Na segunda tratar-se-á sobre a luta pela terra e na sequência sobre agroecologia como experiências de produção camponesa.

Como História de Vida recorre-se aos estudos de Souza (2006), que define o uso do termo a uma genérica utilização em investigações, pois apresenta-se como significativa para auto-compreensão do que somos, das experiências realizadas ao longo da vida, trajetórias realizadas que demarcam a concepção que se tem de si e os significados que atribui-se aos diferentes fenômenos sociais, políticos e culturais da vida cotidiana, nas suas dimensões individuais e coletivas. Essa categoria, integra uma pluralidade de temas de pesquisas a partir das vozes dos atores sociais, que realiza-se “[...] através da tomada da palavra como estatuto da singularidade, da subjetividade e dos contextos dos sujeitos (SOUZA, 2006, p. 27).

Sobre este método, define Meihy (1996) é uma metodologia qualitativa de pesquisa, em que é possível apreender o presente e o passado através das experiências e vozes dos atores sociais e suas narrativas. O autor destaca que a história oral de vida é uma narrativa da totalidade de experiência de vida de uma pessoa.

Nesse sentido, Souza (2006, p.29), destaca que:

Na história de vida, diferente do depoimento, quem decide o que deve ou não ser contado é o ator, a partir da narrativa da sua vida, não exercendo papel importante a cronologia dos acontecimentos e sim o percurso vivido pelo mesmo. Ainda que o pesquisador dirija a conversa, de forma sutil, é o informante que determina o ‘dizível’ da sua história, subjetividade e os percursos da sua vida.

No caso desta pesquisa tratou-se de textualizar, auto-cartografar a história de vida, oralmente (depoimentos), por escrito e através de desenhos. Utilizou-se nesse

caso, a materialidade das esferas da produção social, onde os enredos históricos se desenvolvem, como também a memória e o esquecimento no processo de reflexão, a interação com o outro, até o processo de construção da identidade.

Memórias camponesas: histórias de vida

Na construção da cartografia social, de mapas situacionais que permitem representar a realidade histórica, a memória é um elemento relevante. Neste aspecto Selau (2004) adverte que a memória constitui-se de elementos como os acontecimentos, personagens e lugares onde os mesmos são tratados de forma individual e coletiva, no qual seus esquemas de explicações se organizam através das experiências de vida individual ou do grupo ao qual está inserido, mesmo que não participe de todas as experiências do grupo.

Desta forma, os acontecimentos vividos pelos camponeses/camponesas antes de participar da luta pela terra no Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST) ocupam um determinado lugar, enquanto que os vividos pelo coletivo, no processo de organização da luta e da ocupação da terra, passam a ter outro lugar.

Nóis tinha oficina de fazer farinha e o engenho de moer cana, assim no meio, entre os dois, tinha um tear que minha avó tecia, fazia coisas. Aí então, durante o dia a gente ia pra roça, pra plantar, pra roçar mandioca, fazer os carros de boi e colocar lá na oficina pra moer e mais de tarde, de tardezinha, depois do almoço, a gente ia buscar cana pra pôr no engenho pra moer. Aí depois no final disso tudo, a gente ia lá pra (pausa) os homens ia pra tomar conta das canas e a gente ia lá pra casa de mandioca, sentava lá aquelas muiezadas em volta daquele montueiro de mandioca, nóis ia raspar mandioca, era aquela roda doida lá (risos) pra moer a mandioca pra gente fazer a farinha e lá no final da noite assim, já seis horas da tarde, aí minha avó reunia todo mundo, com minha mãe e os fios aí nóis ia. Aquelas que não sabiam, mexiam com o fuzil, pra fazer a linha no fuzil e a outra na roda. Era assim, era desse jeito a vida né, e quando amanhecia o dia, levantava era 4h30min da manhã, minha avó preparava o café da manhã pra nois, minha mãe colocava era aqueles pedaços de abóbora, mandioca e batata doce, tomava com leite e, oh pegava rapadura com farinha colocava no bernal e ia pra roça [...]. (Camponesa, 2015).

Os acontecimentos que existem em lugares da memória, lugares ligados a uma lembrança, que pode ser pessoal ou não ter apoio no tempo cronológico de identificação com o passado, também são entendidas como pertença individual (SELAU, 2004). Quando o camponês Sem Terra conta sua experiência de vida enquanto explorado pelo

fazendeiro que o oprimia, resgata os acontecimentos, os personagens e os lugares na sua memória.

Para outro camponês Sem Terra, a exploração do seu trabalho o fez migrar para cidade. *“Eu trabalhava de vaqueiro, fazia de tudo um pouco na fazenda do doutor, ele me explorava, eu tinha apenas morada pra mim e minha família, pra comer tinha que prantar. Não recebia salário. Por isso, decidi ir embora de lá. Fui pra cidade, passar fome né? Então eu encontrei o movimento e luto agora pela terra para eu trabalhar”* (Camponês, 2015). Neste caso, a memória, pode ser considerada individual, com suporte de um grupo social.

Tem por suporte um grupo social, com o qual a mesma é compartilhada, sem realizar uma ruptura entre o passado e o presente porque só retêm do passado aquilo que ainda é capaz de viver na consciência do grupo que a mantêm. Mas ao mesmo tempo em que essa memória é seletiva e mantida por um determinado grupo, ela também é uma construção, na medida em que está sujeita a flutuações, transformações e mudanças constantes, mediadas pelo presente em que o grupo vive, de modo que a memória é também uma construção do passado e está aberta e em constante evolução. (SELAU, 2004, p. 221).

Com efeito, as narrativas construídas a partir das entrevistas realizadas no acampamento e durante o processo de ocupação da terra pelos camponeses e camponesas sob forma de história de vida, possibilitou ampliar as reflexões sobre a luta nesse território em disputa pela terra. Evidenciam que as narrativas das histórias de vida são produzidas pelos indivíduos e seu grupo, em um determinado tempo e espaço. Nesse sentido, as auto-cartografias e registros abaixo realizados pelos/as camponeses e camponesas Sem Terra do Acampamento Dom Tomás Balduino apresentam elementos importantes da história de vida desses sujeitos na luta pela terra, lugar de memória, organização e processo de construção de identidade.

O registro identifica a trajetória da saída de seu Renato da roça para cidade e o retorno para o campo. Esse retorno tem ocorrido, segundo o camponês Sem Terra, com muita luta (Imagem 1). No percurso encontrou o MST e se tornou um integrante do movimento, que define como sendo um espaço de conhecimento e fortalecimento da luta coletiva, cujo objetivo é o acesso à terra e a possibilidade de construção de uma agricultura familiar camponesa, juntamente com sua mulher e filhos. Afirma que conhecia o movimento através de familiares.

A oficina sobre história de vida foi desenvolvida a partir de reflexões sobre as disputas por territórios entre camponeses/camponesas e empresários do agronegócio, envolvidos por conflitos (expulsão das terras). Diante disso, na luta pela terra, homens e mulheres encontram o valor da solidariedade de classe, trocam saberes. Constituem-se sujeitos através de suas experiências, entendimento a partir do qual Thompson (2001, p. 270) afirma que classe é uma “categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo”. Assim, a luta pela terra se constitui em luta de classes.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. (THOMPSON, 2004, p. 10).

E as histórias de vida dos camponeses e camponesas Sem Terra demonstram isso. O fazer-se como classe está inscrito nas histórias de vida e nos saberes de milhares de homens e mulheres em luta pela terra há várias décadas e em todas as partes do território brasileiro.

Luta pela terra: trajetórias de história de vida

O processo de modernização da agricultura no Brasil foi responsável pelo desenvolvimento do capitalismo, e com o objetivo de reprodução da propriedade organizou condições para o desenvolvimento de uma política agrária que privilegia as corporações do agronegócio (MEDEIROS, 2017). Tal processo tem como base a concentração de terras, a expulsão dos camponeses e camponesas do campo para cidade, gerando um número elevado de excluídos do processo produtivo. Medeiros (*ibid*, p. 44), chama atenção que “[...] os filhos dos camponeses não terão a chance de produzir nas terras dos seus pais, pois eles serão expulsos de lá, e seguirão para compor as fileiras do “exército industrial de reserva” dos centros urbanos”.

Para Oliveira (2015, p. 31): Assim, como decorrência da não realização da reforma agrária, os conflitos no campo continuam elevadíssimos. Em 2015 foram no total 1.217, ou a média de mais de três conflitos por dia, envolvendo mais de 816 mil pessoas, ou a média de 671 pessoas por conflito. Além disso, a absurda ocorrência de 50

assassinatos no campo, praticamente um a cada semana. É a continuidade da barbárie assolando as terras do país.

As transformações do espaço derivam das produções das relações sociais ocorridas no espaço, assim como dos seus elementos naturais. Nesse sentido, a fala de um acampado aponta para o fato de que a luta pela terra:

É sacrifício e sofrimento debaixo das barracas pegando fogo de dia, e de noite gela, e no inverno também é outro problema, pois esfria o chão e molha tudo e goteira e tudo mais, e é assim mesmo, cozinhando em um fogãozinho de duas bocas, tudo aqui é sacrifício, não tem nada fácil, as vezes tem o sacrifício da água, o banheiro é o maior problema, é um banheiro para 50 pessoas, é problema né? (Camponês, 2015).

O território que se apresenta em questão, ocupado pelo Acampamento Dom Tomás Balduino, compreende as terras sob o Complexo Santa Mônica Agropecuária e serviços, com sede no município de Corumbá de Goiás/GO, pertencentes ao então Senador da República Eunício de Oliveira. Está a 20km da cidade, na GO-225, com uma grande estrutura agropecuária, e entre suas estruturas encontra-se um aeroporto.

Nesse aspecto é que o Complexo Agropecuária Santa Mônica foi ocupado, pela primeira vez, em 31 de agosto de 2014 com 3 mil famílias Sem Terra. Na época, o MST denunciou a relação do senador, então candidato ao governo do estado do Ceará, com a expulsão de famílias camponesas da região, com o objetivo de promover a especulação fundiária. Além das vastas extensões de terra improdutiva. (MST, 2014). Por isso os camponeses decidiram ocupar as terras que formam esse grande latifúndio na região e que são terras griladas. A fala de uma integrante do MST aponta para a necessidade dos trabalhadores se organizarem em luta pela terra, sendo a ocupação uma estratégia de ação coletiva.

Nossa mãe do céu, o trem, foi assim oh! Aquela coisa assim, coisa de filme sabe, foi espetacular e a gente chegava com aquela adrenalina toda, soltando foguetes, gritando, cortou a cerca, o arrame do latifúndio, entramos, menino do céu pensa, igual aquelas formigaiadas, estouro de boiada, soltando foguetes, gritando, foi a maior alegria do mundo, ali eu nasci, fui outra Bahiana, não era aquela que tinha lá frustrada, sabe assim, de mal com a vida, não era, mudei. É igual ela falou, o trem entra na veia pronto contaminou, acabou, então isso aqui é tudo, eu posso até chegar a morrer no acampamento que eu morria feliz, é aqui que eu quero ficar, por mais que eu ganhar a casa, se eu ganhar meu pedacinho, você acha que eu vou ficar lá, não, não. Já chama Movimento, então tem que movimentar, corro atrás, vou ajudar, eu vou participar, tem uma ocupação em tal lugar você vai? Vou. (Camponesa, 2015).

Na madrugada desde domingo (21), cerca de 3 mil famílias do MST ocuparam pela segunda vez a Agropecuária Santa Mônica, registrada no nome do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), um complexo de mais de 21 mil hectares e autodeclaradas improdutivas. O MST retorna à área devido o não cumprimento por parte do Governo Federal de, após 60 dias da reintegração de posse da área, serem assentadas cerca de 1100 famílias. Outra parte não cumprida do acordo foi a realização de estudo sobre a legalidade da posse do Senador Eunício Oliveira sobre os 21 mil hectares do complexo, uma vez que há grande volume de informações na região sobre a grilagem da área. Diante desta situação, o Acampamento Dom Tomás Balduino, símbolo da luta popular e pela terra no Goiás, afirma sua determinação em permanecer na área até que o governo destine o complexo latifundiário para fins de reforma agrária. (MST, 2015).

Os registros abaixo (Figuras 1 e 2) demonstram a partir do olhar dos camponeses Sem Terra o processo de ocupação da fazenda Santa Mônica em suas diversas fases:

Figura 1: Auto-cartografia do acampamento Dom Tomás- 1ª Ocupação, 2015



Fonte: Acervo da Autora, 2015.

Figura 2: Auto-cartografia do acampamento Dom Tomás- 2ª Ocupação, 2015



Fonte: Acervo da Autora, 2015.

É no processo de auto-cartografia que os camponeses/camponesas se constituem como importantes no fortalecimento dos territórios e, sobretudo, consiste não no uso de uma categoria censitária e populacional, pré-definida pelo Estado, mas:

[...] da constituição de grupos sociais que buscam se fazer ver e reconhecer em um contexto de disputas simbólicas e políticas. Desta feita, mesmo na (auto)delimitação do grupo/comunidade sujeito do mapa, a disputa com as categorias demográficas traz consigo elementos da politização do processo. O mapa dito “participativo” poderá, assim, incluir dados da história, cultura, tecnologia e informar e redefinir ideias sobre o território e a sua relação entre os grupamentos humanos. (ACSELRAD, 2012, p.15).

Sobre os mapeamentos que possuem características participativas, Acselrad (2012), afirma que constituem-se como “sub-campo” da “cartografia participativa” nas práticas das representações cartográficas. Assim é que a produção de mapas passa a compor as lutas sociais dos sujeitos no processo social, político e cultural. Para o autor, as experiências em mapeamentos e práticas de representações das populações locais se tornam frequente nas ações de representações espaciais. E conta, também, com o uso das novas tecnologias e novos agentes sociais passam a fazer os mapeamentos. “[...] deram lugar à constituição de um campo da representação cartográfica onde se estabelecem relações entre linguagens representacionais e práticas territoriais, entre a legitimidade dos sujeitos da representação cartográfica e seus efeitos de poder sobre o território”. (ACSELRAD, 2012, p. 9).

Nessa perspectiva é que organizou-se a oficina de representação cartográfica no acampamento Dom Tomás Balduino em 2015 (Fotos 1 e 2), cujo o objetivo era gerar visibilidade dos camponeses e camponesas Sem Terra do MST-GO. Os mesmos apresentaram, através da representação de desenhos, desde a primeira ocupação de terra, passando pela segunda ocupação, assim como do centro de formação, no qual estavam acampados depois que foram despejados. Com isso demonstra-se o que Acselrad (2012), destaca sobre a importância da produção dos mapas cartográficos, denominados por ele de auto-mapeamento da cartografia participativa, como elemento significativo nas relações de disputas pela terra.

Fotos 1 e 2: Oficina de cartografia social acampamento Dom Tomás- GO



Fonte: Acervo da Autora.

Figura 3: Cartografia social do acampamento Dom Tomás-Centro de formação do MST- PA Dom José Gomes



Fonte: Acervo da autora

Ao usar o termo ocupação o MST se refere ao direito constitucional de todo cidadão brasileiro de ter acesso à terra, conforme o Estatuto da Terra de 30 de novembro de 1964, que em seu artigo 2º, assegura a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra que por sua vez está condicionada pela função social que desempenha. (ROSA, 2012). Nesse sentido, o MST realiza acampamentos para reivindicar o uso socialmente justo de propriedades públicas e privadas que não estejam cumprindo a função social. É, a partir desse entendimento e com prerrogativas legais que as ocupações de terra têm como estratégias:

Promover o direito do acesso à terra para quem deseje fazer um uso social justo de sua propriedade, b). Estabelecer limites ao direito de propriedade em caso de uso meramente especulativo do solo brasileiro, de cultivos ilegais e da exploração ilegal de trabalhadores (trabalho escravo). (ROSA, 2012, p. 512).

A partir dos anos de 1980 as ocupações de terra no Brasil se tornam intensas. E as experiências com acampamentos como forma de organização de luta para reivindicações e distribuições de terras passam a ser um modelo de ação e estratégia para receber as terras. As que antes eram ocupadas para plantar a lavoura em terras devolutas, no qual os posseiros fixam suas moradias para sustentar suas famílias, a partir dessa década, os acampamentos ganham outras características de organização e outras formas de atuações.

Os acampamentos apresentam formas de organização espacial, com barracas cobertas por lonas pretas, em algumas regiões, em outras, cobertas por palhas de babaçuais, construídas em formatos de ruas; construção de plenárias para reuniões; comissões e núcleos de base; regras de convivências, elementos simbólicos da cultura dos povos do campo; místicas; bandeiras que simbolizam a organização hasteadas nos acampamentos. Sobre essas mudanças, Sigaud et al (2008, p.108), chama atenção de que se configura como acampamentos, que possui uma forma social, “Tratava-se de uma linguagem, um modo de fazer afirmações por meio de atos, destinada a fundar pretensões à legitimidade”. Para Sigaud (2008, p. 108):

A linguagem era bem compreendida por diferentes interlocutores. O Estado brasileiro acolhia a ocupação como um pedido de redistribuição de terras e reconhecia, no movimento que a promovia, um representante legítimo; no acampado, um pretendente à terra. Os proprietários das fazendas entendiam que o acampamento era uma ameaça a seu direito de propriedade e buscavam judicialmente a reintegração da posse. Por fim, a existência de acampamentos era interpretada como um sinal de que ali se pleiteavam terras.

Nesse sentido, os diferentes atores sociais, envolvidos nos conflitos de terras a partir dos anos de 1980, modifica o cenário da questão social e latifundiária no Brasil. Sobreira Filho (2011, não paginado), destaca que a partir dos anos 2010 “As ocupações além de atacar o Estado e o latifúndio passaram também a atacar o agronegócio, pois para os movimentos este representa uma ameaça travestida para a sociedade na imagem da modernidade e desenvolvimento no campo”.

Agroecologia como possibilidade de produção camponesa: a experiência do acampamento Dom Tomás Balduino na luta pela terra

As disputas por território que para Santos (2002, p.9) é: “[...] lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todas os poderes, todas as forças, todas as

fraquezas, isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Portanto, compreende-se o território em toda sua dimensão, como uma porção do espaço apreendida no qual se impõe o controle, e que a história não pode ser compreendida sem o território onde as ações humanas ocorrem. Tal conceito definido pelo autor pode ser observado através de diversas ações e situações de conflitos, como por exemplo, as ocupações, reintegrações de posses e regularizações fundiárias.

Nesse contexto, o projeto de mundialização do agronegócio, impõe um paradigma de produção. Sendo que o termo agronegócio corresponde aos processos sociais e políticos, resultam de um esforço consciente da burguesia para reposicionar o lugar da agropecuária e investir em novas formas de produção. E, especialmente, indica processos de mudanças que tem sua ligação com o cotidiano dos camponeses. “Assim, à medida que o termo agronegócio se impõe como símbolo da modernidade, passa a ser identificado, pelas forças sociais em disputa, como o novo inimigo a ser combatido”. (SILVA; MEDEIROS, 2012, p. 85).

O termo agronegócio tem um sentido amplo e difuso, associado ao desempenho econômico, consubstanciado pela política, que opera com processos nem sempre modernos nas regiões por onde a produção da monocultura é forte. Busca organizar uma narrativa como principal setor produtivo e responsável pela balança comercial forte do país. E, por isso ocorre um avanço dos monocultivos sobre os territórios camponeses e das comunidades tradicionais, hoje com a anuência do Estado. A luta pela terra para os camponeses Sem Terra, ocorre como ação e estratégias para redistribuição das terras, devolutas, griladas e improdutivas, especialmente as com trabalho escravo. Isso implica em afirmar que:

Os lugares são submetidos à racionalidade do capital, e se transformam em espaço (i) racionais para as comunidades locais e sua biodiversidade. A morte assume um caráter polissêmico, se manifesta no exaurimento da saúde no trabalho, no assassinato dos que não se calam, no envenenamento proveniente dos agrotóxicos, no extermínio dos saberes camponeses, no desmatamento que silencia o cantar dos pássaros, o rugir das onças, o trotar dos veados, que elimina o cheiro das flores e o substitui pelos odores das nuvens de agrotóxicos. (LEITE; MEDEIROS, 2012, p. 53).

Por essa forma de desenvolver a produção de monocultivos, o agronegócio destrói e planta ilusões de desenvolvimento às populações, no qual, Shiva (2003), adverte que, a diversidade é erradicada como erva-daninha e as monoculturas uniformes, tanto de

peças, quanto de plantas, são administradas de fora, deixando de ser autorreguladas e autogeridas pelas comunidades e saberes locais.

A forma pela qual esse saber é gerado, estruturado e legitimado e a forma pela qual transforma a natureza e a sociedade geram desigualdades e dominação, e as alternativas são privadas de legitimidade. O poder também é introduzido na perspectiva que vê o sistema dominante não como uma tradição local globalizada, mas como uma tradição universal, inerentemente superior aos sistemas locais. Contudo, o sistema dominante também é produto de uma cultura particular. (SHIVA, 2003, p. 22).

A autora, chama atenção, ainda que, “[...] a simbiose cede lugar à competição, à dominação e à condição de descartável. Não há sobrevivência possível para a floresta ou seu povo quando eles se transformam em insumo para a indústria” (SHIVA, 2003, p. 33). Pois a ligação entre o saber e o poder é o composto básico do capitalismo.

Como alternativa de projeto que tem como centralidade a sobrevivência da natureza, que também é a sobrevivência de sociedades humanas, na qual os princípios são de soberania e autonomia das comunidades se desenha hoje como agroecologia.

Segundo Gomes e Assis (2013), o movimento agroecológico no Brasil se iniciou com a chamada Agricultura Alternativa, trazida através de discussões no contexto social, ambiental e econômico em meados de 1950. Professores e pesquisadores foram influenciados por estudos desenvolvidos em outras partes do mundo. No Brasil a Agroecologia foi reconhecida como ciência no ano de 2006 pela Embrapa, na oportunidade acontecia o V Congresso Brasileiro de Agroecologia, onde foi lançado o Marco Referencial da Agroecologia (2006). Segundo este documento:

O termo Agroecologia foi assim cunhado para demarcar um novo foco nas necessidades humanas, qual seja, o de orientar a agricultura, à sustentabilidade, no seu sentido multidimensional. Em um sentido mais amplo, ela se concretiza quando, simultaneamente, cumpre com os ditames da sustentabilidade econômica (potencial de renda e trabalho), ecológica (manutenção ou melhoria da qualidade dos recursos naturais e das relações ecológicas de cada ecossistema), social (inclusão das populações mais pobres e segurança alimentar), cultural (respeito as culturas tradicionais), política (organização para a mudança e participação nas decisões) e ética (valores morais transcendentais)” (BRASIL, 2006, p. 22-23).

A Agroecologia vai além do uso de práticas sustentáveis e do desenvolvimento de agroecossistemas, com baixa dependência de agroquímicos e insumos externos, sempre buscando restabelecer a racionalidade mais ecológica na produção agrícola (ALTIERI, 2012) adverte que a. Podemos enfatizar a agroecologia na construção e valoração dos recursos locais, jeito camponês de cultivar alimentos, evolução e prática da troca de

saber tradicional e científico. Em acordo com o exposto acima, Assis (2006), enfatiza que a Agroecologia possui, como premissa básica, uma produção agrícola que não agrida ao meio ambiente, resgate da lógica da complexidade existente nas comunidades camponesas com seus conhecimentos empíricos, aliando a ciência agroecológica com viés voltado para a agricultura familiar.

Nesse sentido, o MST defende a produção de alimentos, cooperação e agroecologia como matriz de produção, educação, cultura, conhecimento e soberania alimentar. Defende a agroecologia como forma de construir o poder popular e poder político, pois poderá garantir a participação efetiva das famílias nos processos de organização social sobre a produção e a propriedade familiar.

A experiência desenvolvida durante o processo de ocupação e organização do acampamento em pouco mais de 200 hectares os Sem Terra resgataram diversas variedades de sementes crioulas, sistemas de controle biológico, consórcios de culturas, princípios de alelopatia e mais uma gama de inovações desenvolvidas, bem como mais de 22 culturas (MST, 2015). Para uma acampada:

[...] teve agroecologia e mesmo porque a gente já trabalha com o orgânico, já tem essa afinidade, né. E no núcleo várias pessoas tem esse conhecimento já e foi ele mesmos, através deles mesmos que foi me ensinando como trabalhar, como adubar, né, porque também eu não sabia muito bem. Tinha uma horta imensa aqui no Hugo Chaves, também foi promovida por nós, no final ficou só eu e os meus meninos porque os outros foram dispersando, né, que era também com esse plano, só que assim, a gente não aprofundou nos estudos, que precisa ter mais estudos, a gente vai perguntando, uma informação daqui uma informação dali e colocando, né, mas a gente já trabalha com. Orgânico. (Camponesa, 2015).

No acampamento se produziu experiências de hortaliças, milho, feijão e legumes de forma agroecológica. Para uma camponesa do acampamento sua visão e relação com a produção antes era usando agrotóxicos e depois que conheceu a possibilidade de produzir de outra forma:

Eu acompanho esse trabalho, apesar de ser filha de camponês, mas nós produzíamos era com agrotóxico, aí eu vim mesmo tomar conhecimento da plantação sem agrotóxicos dentro do acampamento e hoje a gente desenvolve a produção e vê a tranquilidade que é plantar uma horta e ali dela não colocar nenhum veneno, e tirar alimentos que eu duvidava na época que não funcionasse sem o agrotóxico. Eu participo de um grupo que planta, que tem assim muita habilidade com a terra e isso também tá sendo como uma lição pra mim, uma escola pra mim, que tem agregado valores. (Camponesa, 2015).

Na contramão das práticas impostas pela Revolução Verde, as práticas agroecológicas se apresentam como possibilidade de transformação humana na busca por isonomia social. A ciência agroecológica visa trabalhar o individual e o coletivo, buscando resgatar os valores humanos através do desenvolvimento socioambiental como um todo.

As experiências só se viabilizam, defende o movimento, se os sujeitos envolvidos recorrem a diferentes níveis de cooperação e de solidariedade, produzindo alimentos saudáveis e, nutricionalmente melhores, retomando a função social da terra, dos agricultores e dos alimentos. (Cartilha MST, 2014).

A agroecologia afirma e se soma com o projeto socialista porque para o MST, a agroecologia é mais do que conhecimentos úteis aplicados à agricultura, mas ela se configura como práticas sociais, que implicam em ações que estão inseridas em múltiplas relações naturais e sociais. Ações que geram conhecimentos e nos tornam mais plenamente humanos na medida em que compreendemos melhor o funcionamento dos ciclos da matéria e da energia, bem como os ciclos minerais, os processos de transformações de energia no sistema; os processos biológicos e as relações socioeconômicas. (CARTILHA MST, 2014. p. 66).

Com elementos em defesa da agroecologia, o MST afirma que por si só esta não é portadora de um novo projeto de sociedade. O novo projeto de sociedade que defende é o socialismo. Entretanto, o socialismo sem a agroecologia perde força. Nesse sentido, defende o movimento: a agroecologia faz interface com a luta política, enfrentamento com o modelo produtivo do capital, organização das famílias assentadas para que lutem por seus direitos, participação efetiva por melhorias de condição de vida e por políticas públicas.

Fotos 3 e 4 - Produção agroecológica no Acampamento Dom Tomás Balduino - GO



Fonte: Acervo da autora

Considerações Finais

O resultado da atividade indicou que homens e mulheres do acampamento vivem um processo de migração à procura de lugar para trabalhar, suas histórias de vida são demarcadas pelo sofrimento, isso ocorre devido à expulsão das terras e de exploração em relação ao trabalho que realizam ou realizaram, (trabalham ou trabalhavam, como vaqueiros, empregadas domésticas das famílias de fazendeiros, ajudantes de mestre de obras,, moto taxistas), mas que também apontam para boas lembranças de uma história de vida no campo. Outro fator importante ocorre através da organização social, dessa participação, conseguem conhecer seus direitos e mantém a esperança de conseguir a terra. As narrativas construídas através das ações e estratégias da luta pela terra são os enfrentamentos que realizam junto aos fazendeiros, o que possibilitam a construção de protagonismos desse homens e mulheres que tem seu retorno ao campo.

Apontou também, que o inimigo dos trabalhadores/as do campo é o agronegócio, pois o latifúndio atrasado vai dando lugar as novas formas de recolocar a agricultura e investir cada vez na produção familiar. Contudo, a concentração de terra e a tecnologia continua sendo sua matriz, na qual apresenta sementes transgênicas, uso abusivo de agrotóxicos e à monocultura. Para os trabalhadores/as do acampamento Dom Tomás, o modelo do agronegócio deve ser combatido e em seu lugar deve ser pautada a agroecologia, enquanto projeto de desenvolvimento no/do campo. Demarcar a agroecologia como matriz de soberania, e sobrevivência dos povos do campo e da cidade, é combater o imperialismo da monocultura das mentes. Shiva (2003) chama atenção, que o Imperialismo destrói e continua a destruir as alternativas dos saberes locais.

Em relação ao processo de mapas sociais de auto cartografia verificou-se que a importância desta metodologia está em reinventar-se no decorrer do processo de pesquisa, uma vez que cria espaços de reflexões sobre a conjuntura política local e nacional do país e sua relação com os conflitos agrários e suas procedências históricas. Possibilitando o fortalecimento de discursos e a busca de resoluções dos conflitos envolvidos nas experiências cotidianas e que se reconheçam nos processos políticos enquanto protagonistas. E que no delinear das histórias de vida que se entrecruzam com

o processo de construção de uma identidade de camponeses/camponesas Sem Terra, que através da luta produzem saberes político e sociais, é que para Pineau (2006, p.341):

O futuro das histórias de vida se inscreve assim nas oscilações de um desafio bioético [...]. Ele é incerto e não resolvido. Porém nessas lutas de poder pelo acesso aos saberes sobre a vida, seu domínio representa um meio vital estratégico para construir sentido e produzir sua vida [...].

Nesse sentido, devem ser as resistências camponesas que se manifestam de formas variadas, como alternativas para combater, com ações diversas, os latifundiários, grileiros, Estado e representantes da classe dominante. Por isso, verificou-se nos diálogos que se entrecruzaram no debate sobre luta pela terra e produção da vida no campo, ocorridos nas oficinas de auto cartografia e de história de vida, que os trabalhadores Sem Terra desejam uma sociedade livre de opressão, exploração e exclusão. E, sobretudo que a produção do conhecimento realizado na perspectiva da disputa pelo poder ao acesso à produção dos saberes sobre a vida em territórios camponeses serão estratégicos para construir sentido e produzir vidas.

Referências

ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In: **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2012.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Ed. Expressão Popular/ASPTA, 2012.

BRASIL. Brasília, DF: **Marco referencial de agroecologia**. Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

CARTILHA. **Programa agrário do MST**. Secretaria Nacional do MST, São Paulo, 2014.

_____. **Sobre os nossos desafios e as linhas políticas de atuação do MST**, São Paulo, 2014.

GOMES, João Carlos Costa. ASSIS, Willian Santos de. **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Ed. Técnicos – Brasília, DF: Embrapa, 2013.

LEITE, Sérgio Pereira, MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In: **Dicionário da Educação do Campo**. (Orgs.). CALDART, Roseli Salette, PERREIRA, Isabel

Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MEDEIROS, R. C. A. **Práxis política do movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST/TO): trajetória de organização e formação política.** 2017. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Ciências Sociais: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017, 237 p.

MEIHY, José Carlos S. B. – **(Re)introduzindo história oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Três mil famílias do MST ocupam a Fazenda Santa Mônica,** 2014. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2014/09/01/tres-mil-familias-do-mst-ocupam-a-fazenda-santa-monica-do-senador-eunicio-oliveira.html>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Acampamento Dom Tomás Balduino – Reocupação da Fazenda Santa Mônica,** 2015. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2015/06/22/acampamento-dom-tomas-balduino-reocupacao-da-fazenda-santa-monica.html>. Acesso em: 10 de junho de 2018.

NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. 2018. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/apresentacao/>. Acesso em: 19/06/2018.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e movimentos sociais. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 15, n. 43. p. 185-206. 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. In: **Cadernos de Conflitos no Campo.** Brasil, 2015.

PINEAU, Gaston. **As histórias de vida em formação:** gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial. *Revista Educação e Pesquisa,* São Paulo, v. 32, n.2, p.329-343, maio/agosto, 2006.

PINTO, Raquel Giffoni, WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Memória e Resistência: a experiência do mapeamento participativo da comunidade Quilombola de Linharinho, Espírito Santo. In: **Cartografia social e dinâmicas territoriais:** marcos para o debate. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2012.

ROSA, Marcelo Carvalho. Ocupações de terra. In: **Dicionário da Educação do Campo.** (Orgs.). CALDART, Roseli Salete, PERREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Milton; SILVEIRA. O dinheiro e o território. In: **territórios**. Programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal Fluminense. Associação dos geógrafos Brasileiros. Niterói: 2002.

SELAU, Mauricio de Silva. **História oral**: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. Revista Esboços, v. 11, n. 11, UFSC, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486/9887>. Acesso em 18/06/2018.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**. São Paulo: Gaia, 2003.

SIGAUD, Lygia; ROSA, Marcelo; MACEDO, Marcelo Hernandez. **Ocupações de terra, acampamentos e Demandas ao Estado**: uma análise em perspectiva comparada. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 51, n.1 2008, p. 107 - 142.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra**: experiência e memória. São Paulo: editora UNESP, 2004.

SILVA, Edson Batista, MOURA, Luiz Henrique Gomes. (Orgs.). SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de; FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. **Agrotóxicos: violações socioambientais e Direitos Humanos no Brasil**. Anápolis, GO: Editora UEG, 2016.

SOBREIRA FILHO, José. **Ocupações de terra no Brasil (1988-2010)**: uma leitura geográfica e a conjuntura política da luta pela terra, 2011. Disponível: (<http://reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigoensaio/ocupa%C3%A7%C3%B5es-de-terra-no-brasil-1988-2010-uma-leitura-geogr%C3%A1fica-e-conjuntura>). Acesso: 19/06/2018.

SOUZA, Elizeu Clementino de. A arte de contar e trocar experiências: reflexões teórico-metodológicas sobre história de vida em formação. **Revista Educação em Questão**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. v.25, n. 11, p.22 a 39, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8285>. Acesso em 12/06/2018.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. (Orgs). Negro, Antonio Luigi, SILVA, Sérgio. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2001.

Nova Cartografia Social da Amazônia. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/apresentacao/>. Acesso em 19/06/2018.

Recebido em 03/07/2017.
Aceito para publicação em 03/04/2018.